

Demonstrações Financeiras Individuais

1º Semestre 2026

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB CREDIROCHAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS

CNPJ: 03.358.914/0001-17

Relatório da Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2026 do Sicoob Credirochas, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações financeiras individuais completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Segundo ranking “Melhores Bancos do Mundo 2023 e 2024” da Forbes o Sicoob é a 3ª melhor instituição financeira do Brasil, conta com 10 milhões de cooperados, presente em 2.503 mil municípios e 4.756 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários

Guiado pelos princípios do cooperativismo financeiro, o Sicoob atua com o propósito de promover cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira, impulsionando o crescimento econômico e social das comunidades onde está inserido e fortalecendo relações baseadas na confiança e na participação ativa de seus cooperados.

1.1 O Sicoob ES

O Sicoob ES é um dos 14 sistemas regionais que integram o Sicoob no Brasil. Com quase quatro décadas de atuação nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além das cidades de São José dos Campos (SP), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Lauro de Freitas e Salvador (BA), o Sicoob ES mantém firme o propósito de avançar na ocupação territorial do Arco Leste do Brasil, abrangendo 334 municípios e mais de 30 milhões de habitantes, e com isso cooperar para o desenvolvimento desses estados e municípios através da promoção de soluções financeiras adequadas e da participação ativa na articulação de políticas públicas que gerem prosperidade. O sistema regional é composto por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão que juntas reúnem mais de 1,1 milhão de cooperados, evidenciando a força do cooperativismo financeiro na região.

No primeiro semestre de 2026, o Sicoob ES constituiu três novos pontos de atendimento, alcançando o total de 211 unidades em sua área de atuação. Essa expansão reforça o compromisso do sistema regional com a proximidade, o acesso aos serviços financeiros e a presença ativa nos territórios, distribuindo-se em 8 unidades na Bahia, em 5 municípios; 142 no Espírito Santo, em 74 municípios; 59 no Rio de Janeiro, em 37 municípios; e 2 em São Paulo, no município de São José dos Campos.

A base de cooperados é formada, majoritariamente, por pessoas físicas (82%) e alcançou 1.104.709 cooperados em junho de 2026, um crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, somente no primeiro semestre de 2026, o Sicoob ES registrou a entrada de mais de 100 mil novos cooperados, dos quais 64.770 vieram por canais digitais, o

equivalente a 65% das novas adesões. O movimento reflete a confiança contínua no modelo cooperativista, na solidez do sistema e na relação de proximidade construída com as comunidades. Ao final do semestre, o sistema regional contava com 2.576 colaboradores, distribuídos entre as seis cooperativas singulares e a Central, que atuam diariamente para transformar propósito em resultados concretos.

1.1.1 Destaques

Entre os principais destaques do Sicoob ES ressaltam-se:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas, considerando o critério de patrimônio líquido, reafirmando sua solidez e relevância econômica no Estado.
- Há 13 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial, e, em 2025, recebeu novamente destaque nas categorias “Cooperativa”, “Instituição Financeira” e “Grupo Empresarial”, evidenciando uma trajetória consistente de liderança e credibilidade.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas, realizada pela Rede Gazeta, resultado que traduz a forte conexão da marca com os capixabas e a confiança construída ao longo do tempo.
- Em 2025, o Sicoob ES alcançou a marca histórica de 1 milhão de cooperados, um marco que simboliza não apenas crescimento, mas o reconhecimento de milhares de pessoas que escolheram fazer parte de um modelo financeiro mais justo, participativo e sustentável.
- No mesmo exercício, o Sicoob ES passou a integrar o ranking nacional Great Place to Work (GPTW), figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o compromisso com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente organizacional saudável e o desenvolvimento humano.
- Reafirmando seu papel como agente de transformação social, o Sicoob ES destinou mais de R\$ 8,9 milhões ao 8º Edital Social, beneficiando mais de 250 mil pessoas por meio do apoio a projetos voltados à educação, inclusão social, cidadania e fortalecimento das comunidades locais, ampliando o impacto positivo de sua atuação para além do âmbito financeiro. Em 2025, todas as iniciativas de responsabilidade social executadas ou apoiadas pelo Sicoob ES em 2025 nos 117 municípios beneficiaram diretamente 519 mil pessoas, com um investimento direto de quase R\$ 12 milhões.
- Em 2025, o Sicoob ES foi reconhecido na categoria ESG do Prêmio Ser Humano da ABRH ES com o projeto “Clínicas Financeiras: o Trabalho Voluntário como Motor de Transformação Social” que reconhece iniciativas que tenham compromisso social e que agregam valor para todos os envolvidos, neste caso, colaboradores voluntários e comunidade.
- A redução do impacto ambiental também faz parte das estratégias do Sicoob ES, que conta com usinas fotovoltaicas para gerar energia elétrica de fonte renovável para consumo em suas dependências, cuja produção e consumo sustentável em 2025 contribuiu para a redução de mais de 2,5 mil toneladas de CO₂ por ano, impacto ambiental equivalente ao cultivo de 15.645 mudas de árvores ao longo de 10 anos.
- O Sistema Sicoob ES mantém o **Fundo de Estabilidade e Fomento do Sicoob ES (FEFES)**. O fundo foi prorrogado até 31/12/2030, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sicoob Central ES, com o objetivo de fortalecer o sistema regional para o novo ciclo de crescimento, especialmente no avanço da estratégia de expansão presencial na região do Arco Leste do Brasil. Em 30/06/2026, o FEFES apresentava saldo de **R\$ 891.916 mil**.

- O repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quinto ano safra consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>, <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/credito-rural-desempenho-operacional>.
- Sicoob ES foi novamente destaque na operacionalização dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), consolidando-se, pelo décimo quinto ano safra consecutivo, como o maior repassador no Espírito Santo, contribuindo para o fortalecimento da cafeicultura capixaba em toda a cadeia produtiva. Os números detalhados estão disponíveis na Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.
- O Sicoob foi o maior financiador do agronegócio do Espírito Santo na safra 2025/2026, somando R\$ 4,49 bilhões liberados. O montante representou 34% de todos os recursos do Estado. Esse resultado reafirma o compromisso do Sicoob ES com o desenvolvimento sustentável do agronegócio capixaba, mantendo uma atuação consistente na oferta de crédito rural e proporcionando aos produtores a previsibilidade necessária para investir e produzir. Os números detalhados estão disponíveis na Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.

1.1.2 Soluções Implementadas

Durante o primeiro semestre de 2026, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **ASTEC DIGITAL:** Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.
- **CCE – Cédula de Crédito à Exportação:** Iniciado ao final de maio de 2026, a Cédula de Crédito à Exportação (CCE) permanece como instrumento estratégico para o financiamento de exportadores, ao possibilitar recursos voltados à produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo, com lastro em exportações futuras. Para a Cooperativa, trata-se de mecanismo que contribui para estruturação de garantias e segurança da operação, com possibilidade de pactuação em moeda nacional ou estrangeira, apoiando o planejamento financeiro do exportador e oferecendo maior previsibilidade frente às variações do ambiente econômico.
- **NCE – Notas Comerciais de Exportação:** Lançado no final de maio de 2026, as Notas Comerciais de Exportação (NCE) despontam como alternativa de financiamento com livre negociação, voltada à produção de bens destinados à exportação e a serviços correlatos. A perspectiva é ampliar o uso de estruturas que promovam flexibilidade, diversificação de *funding* e adequação ao ciclo financeiro do exportador, viabilizando condições mais alinhadas às demandas do comércio exterior.
- **BNDES – Crédito Empresarial:** Em 2026, o Sicoob ES ampliou seu portfólio de programas do BNDES, disponibilizando novas linhas voltadas ao fortalecimento da atividade empresarial e à diversificação das alternativas de financiamento para os cooperados.

Entre os programas implementados destacam-se:

BNDES Renovação de Frota – Lançado em janeiro de 2026, tem como objetivo viabilizar a aquisição de caminhões novos ou seminovos, contribuindo para a modernização, eficiência e segurança da frota.

BNDES FUST – Lançado em fevereiro de 2026, é voltado à expansão e modernização das redes e serviços de telecomunicações, promovendo a conectividade, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento econômico e social.

BNDES Procacred Mulher – Lançado em abril de 2026, visa fortalecer os acessos ao crédito produtivo para empreendedoras, promover a inclusão financeira, estimular o protagonismo feminino e reduzir desigualdades de gênero no acesso a financiamento.

BNDES Brasil Soberano – Lançado em maio de 2026, é destinado a apoiar empresas exportadoras de bens industriais e atuantes em setores relevantes ao comércio exterior brasileiro, para o enfrentamento dos impactos causados por questões geopolíticas e de instabilidade internacional, incluindo aquelas decorrentes da aplicação de percentuais majorados de tarifas comerciais.

BNDES Programa Mais Mobilidade – Lançado em maio de 2026, é destinado ao financiamento da aquisição de caminhões, implementos rodoviários, ônibus e micro-ônibus, com o objetivo de modernizar a frota e reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

BNDES Programa Move Motoristas – Lançado em junho de 2026, voltado ao financiamento de veículos automotores novos por profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas.

• **CPR-F Barter:** Lançado em junho de 2026, a CPR-F Barter passou a integrar o portfólio de soluções voltadas ao agronegócio do Sicoob ES, viabilizando que o produtor rural adquira insumos, máquinas, equipamentos e serviços necessários à produção mediante pagamento com parte da safra futura. A operação é realizada em parceria com empresas e cooperativas do agronegócio credenciadas como Parceiros Barter, responsáveis pelo fornecimento desses bens e pela posterior aquisição da produção agropecuária vinculada à operação.

1.1.3 Perspectivas para 2026

Para 2026, a Cooperativa reforça sua estratégia de ampliação de soluções financeiras com foco em **liquidez, eficiência na concessão de crédito e mitigação de riscos**, priorizando instrumentos que aprimoram o acesso a capital de giro e fortalecem o atendimento às necessidades de empresas, especialmente MPEs e exportadores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes frentes:

AntecipaGov

O AntecipaGov consolida-se como uma alternativa relevante para fornecedores da União, ao viabilizar a **antecipação de valores vinculados a contratos públicos (empenhos)**, convertendo créditos futuros em **capital de giro**. A plataforma integra fornecedores e instituições financeiras credenciadas, permitindo que a análise de risco utilize dados do próprio contrato, o que tende a **reduzir incertezas, acelerar a contratação e favorecer condições de custo potencialmente mais competitivas**, além de contribuir para melhora do fluxo de caixa das empresas atendidas.

Crédito Digital com Garantia do FAMPE

A Cooperativa deve intensificar, em 2026, a oferta de **crédito digital de capital de giro**, contratado diretamente pelo **aplicativo Sicoob**, com utilização da garantia do **FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas)**. Essa iniciativa fortalece a agenda de **digitalização e capilaridade**, ao facilitar o acesso ao crédito, reduzir fricções operacionais e ampliar o alcance junto ao público de micro e pequenas empresas, com reforço de garantia que contribui para a **melhoria do perfil de risco** das operações.

Radar de Recebíveis

A adoção de soluções tecnológicas como o “Radar de Recebíveis” reforça a governança e a assertividade nas operações lastreadas em recebíveis de cartão (vendas a prazo). Por meio de infraestrutura regulada e integrada (a exemplo de registradoras como a CERC), a Cooperativa ganha maior capacidade de **consulta, verificação e análise de recebíveis**, elevando a transparência, reduzindo assimetrias de informação e aprimorando a **precificação** e a **decisão de crédito**, com impactos positivos na mitigação de riscos e na eficiência das operações de antecipação.

Nota Comercial

A nota comercial é um título de crédito emitido de forma escritural pela cooperativa para captar recursos diretamente no mercado, sem intermediários. Funciona como um empréstimo de capital de giro de curto prazo e possui isenção de IOF.

Operações Compartilhadas

As Operações Compartilhadas representam um modelo de concessão conjunta de crédito entre cooperativas, permitindo que uma mesma operação seja financiada por duas ou mais cooperativas, cada uma assumindo uma parcela dos recursos, dos riscos e dos resultados, de forma proporcional à sua participação. Essa estrutura amplia a capacidade de atendimento às necessidades dos cooperados, viabiliza operações que poderiam exceder a capacidade individual de uma única cooperativa, fortalece a integração do Sistema e promove uma distribuição mais eficiente do risco de crédito e dos recursos disponíveis.

1.2 Tecnologia

Em conformidade com as transformações observadas no mercado financeiro e com as diretrizes estratégicas do Sistema Sicoob, o Centro Corporativo Sicoob manteve, em 2026, investimentos estruturantes em Tecnologia da Informação, direcionados ao fortalecimento da capacidade operacional, à eficiência dos processos e à ampliação dos canais de relacionamento com os cooperados. Tais investimentos contribuíram para a consolidação dos canais digitais como principal meio de interação no Sicoob ES, com impactos positivos em escala operacional, padronização dos serviços e racionalização de custos.

No exercício, observou-se a consolidação da **associação digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs)** como canal relevante de ingresso de novos cooperados. Encerramos junho de 2026 com uma proporção de **71% dos novos associados que ingressaram pelo aplicativo do Sicoob**. A manutenção desses indicadores reflete a aderência das soluções adotadas às necessidades operacionais dos cooperados.

A experiência digital é suportada por aplicativo institucional, que apresentou avaliações médias de **4,8 na Play Store e Apple Store**, conforme métricas públicas disponibilizadas pelas respectivas plataformas, indicando estabilidade e aceitabilidade das soluções tecnológicas ofertadas.

O Super App do Sicoob foi reconhecido como o melhor aplicativo do mercado financeiro na categoria Banking Anywhere, na edição 2025 do Prêmio Banking Transformation, divulgada no 1º semestre de 2026. Promovida pelo Cantarino Brasileiro, a premiação é uma das mais relevantes do setor financeiro nacional e reconhece iniciativas que se destacam pela inovação e pela transformação digital do mercado.

O atendimento por canais digitais apresentou desempenho consistente ao longo do período, com avaliação média de **4,4 (em escala de 5)** e tempo médio de resposta inferior a vinte e cinco minutos após o transbordo. Ajustamos **nosso horário de atendimento, das 7h30 às 19h30**, para atendimento aos cooperados no momento de maior concentração das demandas.

A **manutenção da isenção de tarifas para transações Pix de pessoas jurídicas**, aliada à evolução contínua das integrações de automação financeira (via arquivos ou APIs), continua impactando positivamente a quantidade de transações, apresentando um **aumento de 32% comparado ao mesmo período do ano anterior**.

Adicionalmente, verificou-se incremento relevante de 21% comparado ao mesmo período do ano anterior, na aderência de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos.

Além disso, observou-se aumento significativo na utilização de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. O volume de integrações apresentou crescimento de **111%**, evidenciando a ampliação do uso das infraestruturas tecnológicas disponibilizadas pelo Sistema e o avanço do processo de digitalização das operações.

1.3 Produto Poupança

A partir do segundo semestre de 2025, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.044/2022**, as cooperativas de crédito passaram a registrar, em seus próprios balanços patrimoniais, os saldos das **novas contas de poupança rural**, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a ampliação da capacidade de oferta de soluções voltadas ao público do agronegócio.

A evolução do produto também permitiu a **vinculação da poupança rural à conta corrente do cooperado**, habilitando **consulta e movimentação** diretamente pelo **Super App Sicoob** e pelo **Cartão Sicoobcard**. Adicionalmente, os recursos da poupança podem ser **transferidos para a conta corrente**, passando a usufruir das mesmas funcionalidades e limites transacionais como **saques, transferências, pagamentos e operações via Pix**, em geral mais elevados e passíveis de parametrização conforme o perfil do cooperado.

Com isso, o Sicoob amplia a conveniência e a eficiência na gestão financeira dos cooperados, oferecendo uma experiência mais integrada, com maior autonomia e fluidez no uso dos recursos.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, foram **criadas ou migradas 8.549 contas de poupança** para as cooperativas do **Sicoob ES**, totalizando **saldo de R\$ 608.477.415,60**, o que evidencia a expressiva adesão dos cooperados ao produto e reforça a relevância dessa evolução para a ampliação da base de captação e para o fortalecimento do relacionamento com o público atendido.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de **sustentabilidade sistêmico**, que integre de forma consistente as dimensões **ambiental, social e de governança (ESG)** ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema vêm se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**. Essa iniciativa fortalece a atuação cooperativista orientada à perenidade, à gestão responsável de riscos e à geração de valor compartilhado para associados e comunidades.

Para tornar claros aos cooperados e à sociedade os compromissos assumidos, o Sicoob mantém um **Plano de Sustentabilidade**, uma **Agenda** e um **Relatório de Sustentabilidade**, instrumentos alinhados ao planejamento estratégico e aderentes às diretrizes do **Banco Central do Brasil** relacionadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Para mais informações, acesse: www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo fortalecimento da atuação do Sicoob ES em responsabilidade social corporativa, com iniciativas voltadas à promoção da cidadania e da sustentabilidade nas comunidades em que estamos presentes.

A educação permaneceu como prioridade estratégica dessa atuação, reafirmando nosso propósito de tornar o Sicoob ES uma instituição de referência em educação financeira e cooperativista nos municípios de nossa área de abrangência.

Ampliamos significativamente o alcance das iniciativas educacionais por meio de parcerias com 420 escolas de 60 municípios, que possibilitarão atender 61.889 estudantes do Ensino Fundamental I com o **Programa Financinhas nas Escolas**. Também estabelecemos parcerias com 226 escolas de 84 municípios para a realização do **Concurso Cultural**, com previsão de participação de 21 mil estudantes. Ao final das ações em andamento, estimamos alcançar diretamente mais de 80 mil alunos.

Reafirmamos, ainda, nosso compromisso com a promoção da cidadania financeira por meio da participação nas semanas estratégicas de educação financeira. Durante a Global Money Week, realizada entre 16 e 22/03/2026, atendemos 9.681 pessoas em 90 municípios. Na Semana Nacional de Educação Financeira – ENEF, ocorrida entre 18 e 24/05/2026, alcançamos 11.156 pessoas em 95 municípios.

Também avançamos na integração da educação financeira às operações realizadas com os cooperados. Para isso, implementamos um projeto que associa o atendimento consultivo de negócios à promoção do bem-estar financeiro, buscando orientar cada cooperado na escolha das soluções mais adequadas às suas necessidades. A iniciativa contribui para a prevenção da inadimplência, o uso consciente dos produtos e serviços financeiros e a ampliação da autonomia financeira dos associados. No primeiro semestre, aproximadamente 15 mil cooperados foram alcançados por campanhas estratégicas de educação financeira. Desse total, mais de 2 mil receberam orientação personalizada diretamente de nossos agentes de atendimento.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Credirochas é uma cooperativa voltada para a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados que além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

Em **26 de agosto de 2025**, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** realizou a **elevação (upgrade)** do **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Credirochas** para **AA+(bra)**. Na mesma data, a agência **reafirmou (affirmed)** o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** da Cooperativa, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade e capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, a Cooperativa manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em **fitchratings.com/site/brasil**.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Central ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. Na estrutura da governança corporativa do Sicoob ES, o processo assemblear é um dos elementos centrais, e sua relevância é superior ao cumprimento da exigência legal, pois materializa o segundo princípio do cooperativismo: a Gestão Democrática, garantindo que os associados exerçam seu direito de participar das decisões estratégicas da cooperativa. A participação coletiva nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas, a apreciação da prestação e contas do exercício, o rateio das sobras e a remuneração a ser paga aos administradores. O ciclo assemblear em 2026 das cooperativas do Sicoob ES contou com mais de 48 eventos/encontros, que contou com a participação de mais de 61 mil associados, tornando-se como um dos mais robustos ciclos assembleares do Sicoob ES, consolidando o compromisso com a transparência e participação os cooperados.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No primeiro semestre de 2026, foram direcionadas 107 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa cooperativa. Dessas, 34 foram classificadas como procedentes e com exceção de 7 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações do Período

8.1 Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025	Variação %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	117.262	100.512	16,66
Provisões P/ Perdas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	51.681	45.793	12,86
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.460	3.550	25,63
Receitas de Prestação de Serviços	30.513	29.222	4,42
Receitas com Ato Não Cooperativo	26.700	8.269	222,89
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	72.831	76.200	(4,42)
Despesas Tributárias	448	629	(28,78)
Outras Receitas Operacionais	20.768	20.370	1,95
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	100.523	63.768	57,64
Juros ao Capital	12.506	9.756	28,19
Resultado	40.028	24.902	60,74

Contribuíram para compor o resultado do primeiro semestre de 2026 as receitas de prestação de serviços, que registraram um crescimento de 4,42%.

O resultado do Sicoob Credirochas no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 40.028 mil, o que representa um crescimento de 60,74% se comparado do mesmo período do anterior.

O montante provisionado de remuneração do Juros ao Capital no primeiro de 2026 foi de R\$ 12.506 mil, 28,19% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 57,64% no primeiro semestre de 2026 quando comparado ao mesmo período de 2025.

8.2 Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados no primeiro semestre de 2026, o Sicoob Credirochas encerrou o primeiro semestre com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$			
Balanço Patrimonial	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025	Variação %
Ativos Totais	3.594.753	2.834.543	26,82
Centralização Financeira	1.676.684	1.137.703	47,37
Carteira de Crédito	1.779.226	1.683.080	5,71
Depósitos	2.810.530	2.289.565	22,75
Patrimônio Líquido	372.246	296.617	25,50
Patrimônio de Referência (PR)	333.916	323.536	3,21

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2026 foram os ativos que registraram uma variação positiva de 26,82% em relação à 2025, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para os nossos cooperados.

A centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 30/06/2026 o saldo de R\$ 1.676.684 mil, crescimento de 47,37% em relação a 30/06/2025. Também ao final do semestre a carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 1.779.226 mil, registrando um crescimento de 5,71% em relação ao ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 22,75% considerando o mesmo período de 2025, contabilizando o montante de R\$ 2.810.530 mil. Já o patrimônio líquido cresceu 25,50% e atingiu o valor de R\$ 372.246 mil.

8.3 Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	30/06/2026			30/06/2025			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor Total	% Total
Crédito Rural	82.793	30.780	113.573	51.144	23.799	74.943	38.629	51,54

Carteira de Crédito	30/06/2026			30/06/2025			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor Total	% Total
Crédito Comercial	238.224	1.429.083	1.667.307	222.234	1.386.524	1.608.758	58.551	3,64
Total	321.017	1.459.863	1.780.880	273.378	1.410.323	1.683.701	97.180	5,77

Ressalta-se que o quadro acima não contempla a dedução do montante relativo à TJEO – Taxa de Juros Efetiva da Operação, instituída pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no valor de (1.655) em 30/06/2026 e (621) mil em 30/06/2025. Assim, o saldo da carteira de crédito, líquido da referida dedução, totaliza R\$ 1.779.226 em 30/06/2026 e R\$ 1.683.080 em 30/06/2025.

8.4 Crédito e Captação Ampliada

Em 2026, o Sicoob Credirochas apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 8,61%, passando de R\$ 1,82 bilhões para R\$ 1,98 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil e da Carteira de Crédito, destacam-se:

- **BNDES:** aumento de 28,23%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 55,21%, impulsionado pela demanda por habitação.
- **Crédito de Câmbio:** também contribuiu para a expansão, com crescimentos de 877,01%.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 22,89%, passando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

Os principais produtos de captação ampliada fora do Balanço incluem:

- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) de Intermediação:** crescimento de 50,64%, impulsionado pela demanda por agronegócios e esse tipo de investimento.
- **Previdência Privada (Mapfre PGBL e VGBL, Sicoob Previ, Sicoob VGBL):** apresentaram crescimento conjunto expressivo, com destaque para o VGBL, que cresceu 11,00%.

A diferença entre as taxas de crescimento – com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação – evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Composição de Crédito e Captação Ampliada	30/06/2026	30/06/2025	%
Crédito Ampliado Total	1.984.525	1.827.209	8,61
Crédito	1.779.226	1.683.080	5,71
Outros Créditos	70.096	43.190	62,30
Crédito Ampliado	135.203	100.939	33,95
BNDES	93.767	73.125	28,23
Imobiliário	15.136	9.752	55,21
Crédito de Câmbio	2.550	261	877,01
Consignado Bancoob	13.616	12.066	12,85
FINEP	10.134	5.735	76,70
Captação Ampliada Total	3.108.785	2.529.718	22,89
Captação	2.999.034	2.400.391	24,94
Captação Ampliada	109.751	129.327	(15,14)
Dep. Poupança	49.989	82.092	(39,11)
LCA Intermediação	11.239	7.461	50,64
Mapfre Previ	23.443	24.620	(4,78)
Sic. Previ – VGBL	17.372	12.345	40,72
Sic. Previ – PGBL	1.640	1.282	27,93
LCI Intermediação	6.068	1.527	297,38

8.5 Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em maio de 2026, as cooperativas do Sicoob Credirochas reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 19.330 mil, referente aos resultados alcançados em 2025. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) da cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

9. Pessoas

Concluímos o primeiro semestre de 2026 com 122.234 cooperados, crescimento de 20,72% em relação ao mesmo período do anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Credirochas produto e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, o Sicoob Credirochas adota uma abordagem genuinamente centrada nos colaboradores, reconhecendo-os como elemento essencial para a excelência operacional, a qualidade no atendimento aos cooperados e a disseminação consistente do modelo de negócio cooperativo.

Ao final do primeiro semestre de 2026, o Sicoob Credirochas contava com 309 colaboradores. Esse avanço reflete não apenas a expansão das operações e o fortalecimento da estrutura organizacional, mas também o compromisso contínuo com a construção de um ambiente de trabalho que estimula o desenvolvimento, o engajamento e o protagonismo das pessoas.

As práticas adotadas ao longo de toda a jornada do colaborador, sustentadas por políticas e estratégias voltadas a promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e estimulante, contribuíram para a consolidação de um clima organizacional de excelência. Como resultado desse compromisso, o Sicoob ES foi reconhecido em 2025 como uma das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work (GPTW), a partir da avaliação realizada junto aos seus colaboradores. Além disso, a instituição recebeu o Selo Mental Health – três estrelas, certificação que destaca organizações comprometidas com a promoção da saúde mental de suas equipes.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração das cooperativas singulares. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representantes dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob Credirochas reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Os resultados econômicos, financeiros e sociais apurados ao longo do primeiro semestre refletem a confiança depositada pelos cooperados e a atuação consistente do Sicoob Credirochas. Os avanços alcançados no período decorrem do esforço conjunto das lideranças, empregados, cooperados, parceiros e comunidades, que atuam de forma integrada na oferta de soluções financeiras equilibradas, acessíveis e alinhadas ao desenvolvimento regional. A condução responsável dos recursos reafirma o compromisso com a geração de valor compartilhada e com a aplicação consciente do capital.

Mais do que resultados, seguimos reafirmando nossa essência: o Sicoob Credirochas faz bem. Faz bem para os cooperados, por meio de relações de proximidade e de soluções financeiras justas; faz bem para os negócios, ao apoiar empreendedores e produtores rurais no fortalecimento de suas atividades; e faz bem para as comunidades, por meio de iniciativas que promovem transformação social e desenvolvimento sustentável nas regiões onde estamos presentes.

Ao longo do semestre, a gestão manteve-se orientada pela transparência, pela solidez e pelo equilíbrio entre desempenho econômico-financeiro, responsabilidade social e valorização das pessoas. Essa atuação fortalece os vínculos institucionais e amplia o impacto positivo nas comunidades em que estamos inseridos.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e pelo protagonismo na construção dos resultados apresentados, bem como pela contribuição para que 2026 se consolidasse como um ano relevante e promissor para o Sicoob Credirochas. Reafirmamos o compromisso com uma atuação que vai além dos indicadores financeiros, promovendo relações justas, fortalecendo o desenvolvimento local e gerando prosperidade compartilhada, porque cooperar faz bem e o Sicoob Credirochas faz bem para todos que caminham conosco. Renovamos, ainda, o convite para que sigam participando da construção de um futuro cada vez mais cooperativo, por meio da Comunidade Sicoob (www.comunidadesicoob.com.br).

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 20 de julho de 2026.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO		3.594.753	3.202.411
DISPONIBILIDADES	4.	12.292	15.537
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	5.1	3.436.534	3.068.948
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1.1	–	19.304
Relações Interfinanceiras	5.1.3	1.706.242	1.414.791
Operações de Crédito	6.1	1.779.226	1.715.062
Outros Créditos	6.2	70.096	59.370
Outros Ativos Financeiros	8.	25.933	24.435
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	6.3	(144.963)	(164.014)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	5.2	21.924	5.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		21.924	5.610
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	5.3	69.573	61.789
Títulos e Valores Mobiliários		69.573	61.789
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	9.	2.686	2.194
OUTROS ATIVOS	10.	25.491	21.779
IMOBILIZADO DE USO	11.	55.145	50.690
INTANGÍVEL E ÁGIO	12.	1.066	1.058
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(29.958)	(25.194)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	11.	(28.978)	(24.244)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12.	(980)	(950)
TOTAL DO ATIVO		3.594.753	3.202.411
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.594.753	3.202.411
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		3.222.507	2.854.759
DEPÓSITOS	13.1	2.810.530	2.582.886
Depósitos à Vista		497.928	503.416
Depósito de Poupança		29.558	30.459
Depósitos Sob Aviso		64	76
Depósitos a Prazo		2.281.765	2.027.802
Outros Depósitos		1.215	21.133
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		188.504	156.103
Recursos por Emissão de Letras	14.1	188.504	156.103
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		82.490	53.015
Repasse Interfinanceiros	15.1	82.490	53.015
OUTROS PASSIVOS	16.	117.270	41.312
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.1	64.185	8.900
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.2	1.491	595
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.3	2.178	4.299
Outras Obrigações	16.4	49.416	27.518
PROVISÕES	17.	23.713	21.443
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	11.391	11.038
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	9.129	7.123
Provisão para Contingências	17.3	3.193	3.282
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		372.246	347.652
Capital Social	18.1	194.276	177.627
Reservas de Sobras	18.2	150.448	150.695
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.3	27.522	19.330
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.594.753	3.202.411

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.	281.753	222.945
Resultado de Operações de Crédito	21.1	178.709	158.861
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.2	2.521	316
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	21.3	100.523	63.768
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(164.491)	(122.433)
Operações de Captação no Mercado	13.3	(160.161)	(120.108)
Operações de Empréstimos e Repasses	22.	(4.330)	(2.325)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		117.262	100.512
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	23.	(51.681)	(45.793)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Operações de Crédito e Demais Operações com Características de Cons. de Crédito		(51.201)	(45.104)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Garantias Financeiras Prestadas e Outros Compromissos		(480)	(689)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		65.581	54.719
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(21.998)	(27.237)
Receitas de Prestação de Serviços	24.	30.513	29.222
Despesas de Pessoal	25.	(24.892)	(23.338)
Outras Despesas Administrativas	26.	(29.644)	(31.568)
Despesas Tributárias	27.	(448)	(629)
Outras Despesas Operacionais	28.	(18.295)	(21.294)
Outras Receitas Operacionais	29.	20.768	20.370
PROVISÕES		(521)	228
Provisões/Reversões para Contingências	30.	(521)	228
RESULTADO OPERACIONAL		43.062	27.710
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31.	(430)	(262)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		42.632	27.448
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	16.4.II	(2.604)	(2.546)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		40.028	24.902

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	40.028	24.902
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	40.028	24.902

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2025	181.598	(3.971)	150.695	-	19.330	347.652
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(174)	(174)
Distribuição de sobras para associados	19.156	-	-	-	(19.156)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	(247)	-	-	(247)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.767	(32)	-	-	-	1.735
Por Devolução (-)	(4.237)	-	-	-	-	(4.237)
Estorno de Capital	(5)	-	-	-	-	(5)
Sobras ou Perdas do Período						
Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	40.028	40.028
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(12.506)	(12.506)
Saldos em 30/06/2026	198.279	(4.003)	150.448	-	27.522	372.246
Saldos em 31/12/2024	149.847	(5.158)	151.718	622	23.366	320.395
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	(35.774)	(35.774)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(113)	(113)
Distribuição de sobras para associados	22.727	-	-	526	(23.253)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	(3)	-	-	(3)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	57	1.340	-	-	-	1.397
Por Devolução (-)	(4.430)	-	-	-	-	(4.430)
Estorno de Capital	(1)	-	-	-	-	(1)
Sobras ou Perdas do Período						
Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	24.902	24.902
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(9.756)	(9.756)
Saldos em 30/06/2025	168.200	(3.818)	151.715	1.148	(20.628)	296.617

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	42.632	27.448
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	(4.674)	(6.507)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	51.201	45.104
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas e Compromissos de Crédito a Liberar	480	689
Provisões/Reversões Não Operacionais	95	(6)
Provisões/Reversões para Contingências	521	(228)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	(47)	34
Depreciações e Amortizações	3.586	3.175
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	93.794	69.709
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.508	(315)
Relações Interfinanceiras	901	–
Operações de Crédito	(124.182)	(68.647)
Outros Ativos Financeiros	(22.459)	(4.601)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(492)	(617)
Outros Ativos	(3.807)	(5.426)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	(5.488)	(16.827)
Depósitos sob Aviso	(12)	5
Depósitos a Prazo	253.963	174.663
Outros Depósitos	(20.818)	(19.386)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	32.399	10.702
Relações Interfinanceiras	29.476	(1.975)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	55.286	–
Outros Passivos Financeiros	1.636	1.912
Provisões	(738)	14.076
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(2.120)	(1.207)
Outros Passivos	8.054	19.342
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	302.901	171.408
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	1.492	1.838
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	3.182	4.669
Aquisição de Intangível	(7)	(8)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.232)	(5.195)
Aquisição de Investimentos	(7.783)	(6.595)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.348)	(5.291)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.735	1.397
Devolução de Capital aos Cooperados	(4.237)	(4.430)
Estorno de Capital	(5)	(1)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	(174)	(114)
Outros Eventos/Reservas	(247)	(3)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.928)	(3.151)



AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	293.625	162.966
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.399.869	989.765
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.693.494	1.152.731
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.625	162.966

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS – SICOOB CREDIROCHAS**, doravante denominado **SICOOB CREDIROCHAS**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **12/04/1999**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIROCHAS, sediado à **RUA 25 DE MARÇO, Nº 29, CENTRO, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES**, possui: 32 Postos de Atendimento (PAs), físicos, nas seguintes localidades: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES, BARRA MANSA – RJ, VOLTA REDONDA – RJ, ATÍLIO VIVÁQUA – ES, RESENDE – RJ, MUQUI – ES, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA – RJ, TERESÓPOLIS – RJ, BARRA DO PIRAÍ – RJ, VALENÇA – RJ, PETRÓPOLIS – RJ, NOVA FRIBURGO – RJ, GUAPIMIRIM – RJ, ITAGUAÍ – RJ, CACHOEIRAS DE MACACU – RJ, PARACAMBI – RJ, VASSOURAS – RJ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP, RIO DE JANEIRO – RJ, PINHEIRAL – RJ, PARATY – RJ, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIROCHAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

Em 26 de agosto de 2025, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** elevou (upgrade) o **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Credirochas** para **AA+(bra)**, o que denota **baixa expectativa de risco de inadimplência**; na mesma data, reafirmou (affirmed) o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**, que indica **alta qualidade de crédito no curto prazo**. A capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros é considerada **forte**; contudo, pode ser **mais vulnerável** a condições adversas de negócios ou econômicas do que a observada em categorias de rating superiores. Segundo a escala de **Rating Nacional** da Fitch, essa classificação representa **alta qualidade de crédito**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade** e **capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em:

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações financeiras individuais; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, observaram-se as normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicável às cooperativas de crédito — em especial as Leis n.º 4.595/1964 e n.º 5.764/1971, alteradas pelas Leis Complementares n.º 130/2009 e n.º 196/2022. Foram consideradas as diretrizes das Resoluções CMN n.º 4.818/2020 (e atualizações), n.º 5.185/2024 e n.º 4.924/2021 (alterada pela n.º 5.116/2024), além da Resolução BCB n.º 2/2020, atualizada pela n.º 367/2024. Destacam-se, ainda, as Resoluções CMN n.º 4.966/2021 (alterada pela n.º 5.244/2025) e BCB n.º 352/2023, que alinham a contabilidade de instrumentos financeiros ao padrão internacional IFRS 9 (CPC 48). Por fim, incluiu-se a adoção do CPC 06 (R2), conforme as Resoluções CMN n.º 4.975/2021 e n.º 5.101/2023, que estabelece novos critérios para operações de arrendamento mercantil a partir de 2025.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **21/07/2026**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN	NBCT TG
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG Estrutura Conceitual
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG Estrutura Conceitual
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 01
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016	NBC TG 03
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 04

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN	NBCT TG
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021	NBC TG 05
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011	NBC TG 06
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 10
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 23
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009	NBC TG 24
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016	NBC TG 25
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021	NBC TG 27
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020	NBC TG 28
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 33
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 41
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 46

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resoluções CMN n.º 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN n.º 5.244/2025 e Resolução BCB n.º 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e Apresentação

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2026:

A **Resolução CMN n.º 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

A **Resolução BCB n.º 513/2025**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade e sobre a evidenciação em notas explicativas de informações adicionais relacionadas aos ativos e passivos de sustentabilidade a ser observada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

A **Lei Complementar n.º 214/2025**, que regulamenta a **Emenda Constitucional n.º 132/2023**, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (I) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (II) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (III) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (IV) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (V) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) Impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) Procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) Adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) Potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN n.º 5.281/2026** estabelece os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de ativos virtuais de que trata o art. 3º da Lei n.º 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei n.º 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n.º 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 4.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

I) Recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;

II) Pela venda, ou por;

III) Ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- Como os gestores do negócio são remunerados;
- E, como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: Os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de Juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de Juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de Juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de Valor Justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob estão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No período findo em 30 de junho de 2026, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB n.º 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Resolução BCB n.º 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: Refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

Estágio 3: Refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB n.º 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN n.º 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN n.º 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço,

Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto n.º 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (Impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “Impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

3.23 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN n.º 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Conforme os itens 5 e 6 da norma de Isenção de Reconhecimento, é permitido à entidade reconhecer os pagamentos de arrendamento diretamente como despesa operacional linear no resultado do período. Essa isenção aplica-se a contratos de curto prazo e de baixo valor, desobrigando o registro do Ativo de Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.24 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN n.º 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN n.º 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades (a)	12.292	-	12.292	15.028	-	15.028
Caixa	12.178	-	12.178	14.980	-	14.980
Depósitos Bancários	114	-	114	48	-	48
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (b)	1.676.684	-	1.676.684	1.137.703	-	1.137.703
Centralização Financeira	1.676.684	-	1.676.684	1.137.703	-	1.137.703
Aplicações e Títulos com Vencimento em até 90 dias (c)	4.518	-	4.518	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.518	-	4.518	-	-	-
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	1.693.494	-	1.693.494	1.152.731	-	1.152.731

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são compostos por ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).

5.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são registrados em aplicações de depósitos interfinanceiros e em relações interfinanceiras, sendo representados, principalmente, por recursos transferidos à cooperativa central no âmbito da centralização financeira, por recursos provenientes de depósitos de poupança rural e por valores relacionados a correspondentes no País.

A centralização financeira decorre de ato cooperativo realizado entre as cooperativas filiadas e a cooperativa central, mediante a transferência das sobras de caixa das cooperativas filiadas.

As aplicações em depósitos interfinanceiros correspondem aos recursos aplicados em outras instituições financeiras, de acordo com a regulamentação específica aplicável às operações de depósitos interfinanceiros.

5.1.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	19.304	-	19.304

5.1.2 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – Custo Amortizado

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Custo Amortizado	-	-	-	19.304	-	19.304
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	19.304	-	19.304
Total Geral – Custo Amortizado	-	-	-	19.304	-	19.304

5.1.3 Relações Interfinanceiras

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	1.676.684	1.384.332
Recursos recebidos de poupança (b)	29.558	30.459
Total	1.706.242	1.414.791

(a) Centralização Financeira – Cooperativas: Compreende os recursos transferidos pela cooperativa a cooperativa central em decorrência do ato cooperativo denominado centralização financeira. Conforme o COSIF, a rubrica registra, nas cooperativas filiadas, as transferências das sobras de tesouraria para as cooperativas centrais. O rendimento do período consta na nota 5.1.4.

(b) Recursos de Depósitos de Poupança: Compreende os recursos captados por meio de depósitos de poupança rural e posteriormente transferidos para bancos cooperativos, confederações ou cooperativas centrais, conforme previsto para essa rubrica no COSIF.

5.1.4 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	100.523	63.768
Total	100.523	63.768

5.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA						
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.924	-	21.924	5.610	-	5.610
Total Geral – VJORA	21.924	-	21.924	5.610	-	5.610

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.2.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJORA

As cotas de fundos de investimento são registradas conforme a natureza das operações e os critérios de classificação e mensuração aplicáveis. Esse saldo reúne dois tipos de aplicação: os fundos que comprem os ativos do próprio fundo e os fundos que investem dentro de outros fundos.

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/26	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/25
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.518	14.994	2.412	21.924	-	1.970	3.640	5.610
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.518	14.994	2.412	21.924	-	1.970	3.640	5.610
Total	4.518	14.994	2.412	21.924	-	1.970	3.640	5.610

5.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários – VJR	69.573	-	69.573	61.789	-	61.789
Participações de Cooperativas (I)	69.573	-	69.573	61.789	-	61.789

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

(I) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a

essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJR

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/26	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/26
Participações de Cooperativas	-	-	69.573	69.573	-	-	61.789	61.789
Participação em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES (I)	-	-	46.569	46.569	-	-	43.387	43.387
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (II)	-	-	23.004	23.004	-	-	18.402	18.402
Total	-	-	69.573	69.573	-	-	61.789	61.789

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no exercício do primeiro semestre de 2026 no valor de R\$ 3.182 mil. No mesmo período de 2025, o valor foi de R\$4.668 mil.

(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos exercício de 2026 de R\$ 1.492 mil. No mesmo período de 2025 o valor foi de R\$ 1.838 mil.

6. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

6.1. Composição da Carteira de Operações de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	871	-	871	628	-	628
Empréstimos/Cheque Especial	501.771	783.839	1.285.610	490.379	684.776	1.175.155
Títulos Descontados	112.550	-	112.550	112.349	6	112.355
Financiamentos	106.442	160.180	266.622	137.457	196.325	333.782
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	49.368	64.205	113.573	34.722	58.420	93.142
Total das Operações Crédito	771.002	1.008.224	1.779.226	775.535	939.527	1.715.062

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Adiantamento a Dep.	Empréstimos/Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 30/06/26	Provisões 30/06/26	Saldo 31/12/25	Provisões 31/12/25
C1	Não Problemáticos	-	328.737	-	33.859	16.062	378.658	(1.797)	390.126	(1.667)
C1	Problem. Adimplidos	-	16.129	-	591	1.448	18.168	(6.771)	15.200	(5.522)

Carteira	Curso da Operação	Adiantamen to a Dep.	Empréstimos/ Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiam entos	Financiam entos Rurais	Saldo 30/06/26	Provisões 30/06/26	Saldo 31/12/25	Provisões 31/12/25
C1	Problem. Inadimplidos	-	809	-	-	-	809	(371)	12.558	(9.415)
C2	Não Problemáticos	-	457.238	-	138.974	14.297	610.509	(20.122)	526.787	(18.096)
C2	Problem. Adimplidos	-	23.414	-	7.979	866	32.259	(17.732)	35.288	(19.250)
C2	Problem. Inadimplidos	-	14.280	-	5.768	415	20.463	(15.098)	23.791	(17.138)
C3	Não Problemáticos	-	253.655	108.351	75.978	75.582	513.566	(10.762)	489.817	(12.050)
C3	Problem. Adimplidos	-	11.442	617	2.285	401	14.745	(9.754)	17.412	(11.401)
C3	Problem. Inadimplidos	-	18.088	3.582	1.188	80	22.938	(17.969)	37.137	(28.479)
C4	Não Problemáticos	-	43.913	-	-	2.142	46.055	(663)	49.216	(761)
C4	Problem. Adimplidos	-	174	-	-	166	340	(202)	136	(103)
C4	Problem. Inadimplidos	-	1.795	-	-	-	1.795	(1.541)	1.816	(1.540)
C5	Não Problemáticos	533	93.017	-	-	2.114	95.664	(3.196)	93.413	(3.199)
C5	Problem. Adimplidos	29	6.779	-	-	-	6.808	(3.916)	7.768	(4.441)
C5	Problem. Inadimplidos	309	16.140	-	-	-	16.449	(13.790)	14.597	(12.074)
Não Problemáticos		533	1.176.560	108.351	248.811	110.197	1.644.452	(36.540)	1.549.359	(35.773)
Problemáticos Adimplidos		29	57.938	617	10.855	2.881	72.320	(38.375)	75.804	(40.717)
Problemáticos Inadimplidos		309	51.112	3.582	6.956	495	62.454	(48.769)	89.899	(68.646)
Total de Operações de Crédito		871	1.285.610	112.550	266.622	113.573	1.779.226	(123.684)	1.715.062	(145.136)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	871	-	-	871
Cheque Especial / Conta garantida	51.019	-	-	51.019
Empréstimos	141.524	309.228	783.839	1.234.591
Títulos Descontados	103.605	8.945	-	112.550
Financiamentos	31.616	74.826	160.180	266.622
Financiamentos Rurais	9.418	39.950	64.205	113.573
Total	338.053	432.949	1.008.224	1.779.226

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2026	% da Carteira	31/12/2025
Setor Privado – Comércio	418.772	59.929	10.388	489.089	27%	448.857
Setor Privado – Indústria	119.909	13.985	3.116	137.010	7%	133.263
Setor Privado – Serviços	713.471	99.094	17.275	829.840	47%	817.085
Pessoa Física	144.765	93.460	82.793	321.018	18%	318.816
Outros	3.381	542	-	3.923	1%	17.767
Total	1.400.298	267.010	113.572	1.780.880	100%	1.735.788

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, foi implementada de forma prospectiva a TJEO, passando a incluir os custos e receitas gerados pelas novas transações que atendem aos critérios para aplicação da metodologia da taxa

efetiva de juros, a partir de 1º de janeiro de 2025. Assim, esses custos e receitas foram adicionados aos saldos contábeis brutos das transações e registrados no resultado que totalizaram R\$ 1.654 mil.

e) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	49.004	3%	57.901	3%
10 Maiores Devedores	300.018	16%	302.532	17%
50 Maiores Devedores	603.275	33%	618.234	35%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	225.469	169.477
Valor das operações transferidas no período	60.968	72.913
Valor das operações recuperadas no período	4.460	(13.202)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.851)	(3.719)
Total	289.046	225.469

g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Curso da Operação	Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	Empréstimos	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 30/06/2026	Saldo 31/12/2025
Não Problemáticos	(104)	(29.348)	(530)	(5.620)	(938)	(36.540)	(35.773)
Problem. Adimplidos	(15)	(31.610)	(241)	(5.379)	(1.130)	(38.375)	(40.717)
Problem. Inadimplidos	(240)	(40.675)	(2.394)	(5.104)	(356)	(48.769)	(68.646)
Total Provisão	(359)	(101.633)	(3.165)	(16.103)	(2.424)	(123.684)	(145.136)

As despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são reconhecidas em resultado, em contrapartida às respectivas provisões, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração da perda esperada considera, entre outros fatores, a classificação das operações nos respectivos estágios, a evolução do risco de crédito, as características das operações e as expectativas de recuperação dos créditos. Os valores das provisões são reavaliados, no mínimo, mensalmente, refletindo as alterações nas estimativas de perda esperada e nos estágios das operações, inclusive em decorrência da evolução da carteira, das amortizações, liquidações, renegociações e da concessão de novas operações de crédito.

6.2 Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizado

a) Composição da carteira de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados	24.983	-	24.983	22.698	-	22.698
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.262	6.034	8.296	1.912	5.061	6.973
CPRF – Cédula de Produto Rural	13.084	23.733	36.817	7.030	22.669	29.699
Total das Outras Operações de Crédito	40.329	29.767	70.096	31.640	27.730	59.370

O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a Linha de Crédito CPRF – PJ, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	CPR – Cédula de Produto Rural	Saldo 30/06/26	Provisões 30/06/26	Saldo 31/12/25	Provisões 31/12/25
C1	Não Problemáticos	-	1.729	16.860	18.589	(33)	14.453	(37)
C1	Problem. Adimplidos	-	361	895	1.256	(447)	1.560	(556)
C1	Problem. Inadimplidos	-	-	437	437	(155)	-	-
C2	Não Problemáticos	-	5.638	4.452	10.090	(112)	9.558	(109)
C2	Problem. Adimplidos	-	-	325	325	(140)	367	(161)
C2	Problem. Inadimplidos	-	96	1.150	1.246	(733)	292	(126)
C3	Não Problemáticos	-	447	9.579	10.026	(76)	7.835	(92)
C3	Problem. Adimplidos	-	-	302	302	(130)	291	(125)
C3	Problem. Inadimplidos	-	-	754	754	(467)	490	(406)
C4	Não Problemáticos	-	-	1.579	1.579	(8)	1.516	(7)
C4	Problem. Adimplidos	-	-	361	361	(156)	186	(81)
C4	Problem. Inadimplidos	-	-	124	124	(90)	124	(53)
C5	Não Problemáticos	-	25	-	25	-	-	-
C5	Problem. Adimplidos	5.513	-	-	5.513	(3.556)	5.499	(3.546)
C5	Problem. Inadimplidos	19.469	-	-	19.469	(15.176)	17.199	(13.579)
Não Problemáticos		-	7.839	32.470	40.309	(229)	33.362	(245)
Problemáticos Adimplidos		5.513	361	1.883	7.757	(4.429)	7.903	(4.469)
Problemáticos Inadimplidos		19.469	96	2.465	22.030	(16.621)	18.105	(14.164)
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – CA		24.982	8.296	36.818	70.096	(21.279)	59.370	(18.878)

c) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outras Operações com Características de Concessão de Crédito, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	CPR – Cédula de Produto Rural	30/06/2026	31/12/2025
Não Problemáticos	–	(68)	(161)	(229)	(245)
Problem. Adimplidos	(3.556)	(128)	(745)	(4.429)	(4.469)
Problem. Inadimplidos	(15.177)	(66)	(1.378)	(16.621)	(14.164)
Total Provisão	(18.733)	(262)	(2.284)	(21.279)	(18.878)

As despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das Outras Operações com Características de Concessão de Crédito são reconhecidas no resultado, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração considera o estágio de risco de crédito, as características das operações e as expectativas de perda e recuperação, sendo os respectivos valores reavaliados periodicamente, em função das alterações nas estimativas de perda esperada e na composição da carteira.

6.3 Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas e reconhecidas no resultado de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração considera o estágio em que os instrumentos financeiros estão classificados, a evolução do risco de crédito e as expectativas de perda e recuperação, sendo os respectivos valores reavaliados periodicamente em função das alterações nas estimativas de perda esperada e na composição da carteira.

Curso da Operação	30/06/2026				31/12/2025			
	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão
Provisões das Operações de Crédito								
Adiantamento a Depositantes / Cheque Especial	(104)	(15)	(240)	(359)	(7)	(15)	(482)	(504)
Empréstimos	(29.348)	(31.610)	(40.675)	(101.633)	(26.872)	(32.872)	(48.812)	(108.556)
Direitos Creditórios Descontados	(530)	(241)	(2.394)	(3.165)	(504)	(587)	(2.109)	(3.200)
Financiamentos	(5.620)	(5.379)	(5.104)	(16.103)	(7.971)	(6.856)	(4.908)	(19.735)
Financiamentos Rurais	(938)	(1.130)	(356)	(2.424)	(419)	(387)	(12.335)	(13.141)
Total Prov. das Operações de Crédito	(36.540)	(38.375)	(48.769)	(123.684)	(35.773)	(40.717)	(68.646)	(145.136)
Provisões das Outras Operações com Caract. de Concessão de Crédito								
Avais e Fianças Honrados	–	(3.556)	(15.177)	(18.733)	–	(3.546)	(13.579)	(17.125)
Devedores por Compra de Valores e Bens	(68)	(128)	(66)	(262)	(71)	(190)	–	(261)
CPR – Cédula de Produto Rural	(161)	(745)	(1.378)	(2.284)	(174)	(733)	(585)	(1.492)
Total das Prov. Outras Operações com Caract. de Concessão de Crédito	(229)	(4.429)	(16.621)	(21.279)	(245)	(4.469)	(14.164)	(18.878)
(–) Total das Provisões para Perdas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(36.769)	(42.804)	(65.390)	(144.963)	(36.018)	(45.186)	(82.810)	(164.014)

As informações apresentadas nesta Nota 6 contemplam a composição e as características das Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito da Cooperativa, incluindo os respectivos saldos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, constituídos de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e demais regulamentações aplicáveis.

A classificação das operações nos respectivos estágios de risco de crédito e os critérios de mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito são detalhadas na Nota 7 – Classificação das Operações por Estágio.

7. Classificação das Operações por Estágio

A Cooperativa adota a metodologia de três estágios para a classificação das operações de crédito e para a mensuração das perdas de crédito esperadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A classificação é reavaliada em cada data-base, considerando a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, bem como aspectos quantitativos, qualitativos, prospectivos e o comportamento de pagamento.

As operações são classificadas no Estágio 1 enquanto não apresentarem aumento significativo do risco de crédito. Quando identificado aumento significativo, as operações são transferidas para o Estágio 2, tendo como premissa o atraso de 30 dias, limitado a 60 dias. Já o Estágio 3 compreende as operações com evidência de problema de recuperação de crédito, incluindo, entre outros, atrasos superiores a 90 dias, reestruturações ou situações que indiquem dificuldade financeira do tomador. A classificação por estágio determina, ainda, os critérios aplicáveis à mensuração das perdas de crédito esperadas, observados os requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, para as operações em Estágio 3, o piso estabelecido pela Resolução BCB nº 352/2023. Os critérios e as políticas contábeis aplicáveis estão detalhados na Nota 3 – Principais Políticas Materiais, itens 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11.

7.1 As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito								
Adiantamentos a Depositantes	271	262	338	871	-	27	601	628
Direitos Creditórios Descontados	106.728	1.623	4.199	112.550	103.751	3.936	4.668	112.355
Empréstimos	1.122.740	53.820	109.050	1.285.610	1.009.626	43.675	121.854	1.175.155
Financiamentos	235.438	13.373	17.811	266.622	302.404	10.821	20.557	333.782
Financiamentos Rurais	106.341	3.857	3.375	113.573	74.217	902	18.023	93.142
Total – Operações de Crédito	1.571.518	72.935	134.773	1.779.226	1.489.998	59.361	165.703	1.715.062
Outros Créditos								
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	7.794	45	25.440	33.279	6.155	312	23.205	29.672
Títulos com Característica de Concessão de Crédito – CPRF	32.050	420	4.347	36.817	26.102	793	2.803	29.698
Total – Outros Créditos	39.844	465	29.787	70.096	32.257	1.105	26.008	59.370
Garantias Financeiras Prestadas								
Garantias Financeiras Prestadas	288.886	7.175	6.918	302.979	268.544	7.111	6.910	282.565
Total – Garantias Financeiras Prestadas	288.886	7.175	6.918	302.979	268.544	7.111	6.910	282.565

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Total	1.900.248	80.575	171.478	2.152.301	1.790.799	67.577	198.621	2.056.997

7.2 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	1.790.799	67.577	198.621	2.056.997	1.593.512	170.498	153.445	1.917.455
(-) Transferido para Estágio 1	(1.288.249)	(10.481)	(566)	(1.299.296)	(921.071)	(64.019)	(1.184)	(986.274)
(-) Transferido para Estágio 2	(49.316)	(20.188)	(2.210)	(71.714)	(33.733)	(12.744)	(425)	(46.902)
(-) Transferido para Estágio 3	(22.742)	(17.049)	(101.437)	(141.228)	(68.581)	(17.487)	(51.338)	(137.406)
(+) Transferido do Estágio 1	1.288.249	49.316	22.742	1.360.307	921.071	33.733	68.581	1.023.385
(+) Transferido do Estágio 2	10.481	20.188	17.049	47.718	64.019	12.744	17.487	94.250
(+) Transferido do Estágio 3	566	2.210	101.437	104.213	1.184	425	51.338	52.947
(+) Aquisição	600.951	8.862	30.250	640.063	804.525	20.675	61.215	886.415
(+) Aquisição de Juros	78.252	1.492	2.335	82.079	68.143	2.670	1.956	72.769
(-) Liquidação	(288.314)	(11.563)	(20.380)	(320.257)	(321.163)	(36.855)	(39.959)	(397.977)
(-) Liquidação Parcial	(220.429)	(9.789)	(14.669)	(244.887)	(316.940)	(29.284)	(12.271)	(358.495)
(-) Baixa para Prejuízo	-	-	(61.694)	(61.694)	(167)	(12.779)	(50.224)	(63.170)
Saldo Final	1.900.248	80.575	171.478	2.152.301	1.790.799	67.577	198.621	2.056.997

7.3 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	2.056.997	1.917.455
(+) Aquisição	722.142	959.184
(-) Liquidação	(565.144)	(756.472)
(-) Baixa para Prejuízo	(61.694)	(63.170)
Saldo Final	2.152.301	2.056.997

7.4 Operações de Crédito Alocadas no Terceiro Estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) Dias de Atraso

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Estágio	De 31 a 60 dias de atraso	De 31 a 60 dias de atraso

Estágio 3	5.315	5.567
-----------	-------	-------

7.5 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Operações de Crédito								
Adiantamentos a Depositantes	40	64	255	359	–	7	497	504
Direitos Creditórios Descontados	508	22	2.635	3.165	454	50	2.696	3.200
Empréstimos	23.194	6.154	72.285	101.633	21.325	5.546	81.685	108.556
Financiamentos	4.244	1.375	10.484	16.103	6.497	1.475	11.763	19.735
Financiamentos Rurais	671	267	1.486	2.424	385	36	12.722	13.143
Total – Provisão Operações de Crédito	28.657	7.882	87.145	123.684	28.661	7.114	109.363	145.138
Provisão Outras Operações com Caract. De Crédito								
Títulos com Caract. de Concessão de Crédito	139	20	2.124	2.283	127	47	1.318	1.492
Outros Créditos	68	2	18.926	18.996	33	39	17.315	17.387
Total – Provisão Outras Operações com Caract. De Crédito	207	22	21.050	21.279	160	86	18.633	18.879
Provisão Garantias Financeiras Prestadas								
Garantias Financeiras Prestadas	2.121	560	4.475	7.156	2.119	562	4.534	7.215
Total – Garantias Financeiras Prestadas	2.121	560	4.475	7.156	2.119	562	4.534	7.215
TOTAL	30.985	8.464	112.670	152.119	30.940	7.762	132.530	171.232

Em 30/06/2025 não houve provisão na movimentação de Financiamentos Rurais referente às Perdas Esperadas de Créditos a Liberar, contudo em 31/12/2025, houve a provisão no valor de R\$ 2 mil, conforme o destaque na nota 17.1.

7.6 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	30.940	7.762	132.530	171.232	42.015	18.496	104.344	164.855
(–) Transferido para Estágio 1	(22.320)	(1.543)	(524)	(24.387)	(27.113)	(7.355)	(974)	(35.442)
(–) Transferido para Estágio 2	(2.455)	(2.154)	(1.578)	(6.187)	(1.967)	(2.294)	(370)	(4.631)
(–) Transferido para Estágio 3	(1.133)	(3.088)	(119.326)	(123.547)	(4.379)	(5.492)	(85.754)	(95.625)
(+) Transferido do Estágio 1	22.320	2.455	1.133	25.908	27.113	1.967	4.379	33.459
(+) Transferido do Estágio 2	1.543	2.154	3.088	6.785	7.355	2.294	5.492	15.141
(+) Transferido do Estágio 3	524	1.578	119.326	121.428	974	370	85.754	87.098

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
(+) Constituição Novas Operações	10.295	931	19.304	30.530	12.931	2.064	41.917	56.912
	3.987	2.976	29.326	36.289	4.384	2.426	54.771	61.581
(-) Reversão Total	(5.032)	(977)	(11.102)	(17.111)	(8.534)	(1.915)	31.793	21.344
(-) Reversão Parcial	(7.684)	(1.630)	(9.997)	(19.311)	(21.816)	(1.359)	(59.783)	(82.958)
(-) Baixa para Prejuízo (Provisão)	-	-	(49.510)	(49.510)	(23)	(1.440)	(49.039)	(50.502)
Provisão Final	30.985	8.464	112.670	152.119	30.940	7.762	132.530	171.232

7.7 Consolidação dos Estágios das Provisões

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Inicial	171.232	164.855
(+) Constituição	66.819	118.493
(-) Reversão	(36.422)	(61.614)
(-) Baixa para Prejuízo (Provisão)	(49.510)	(50.502)
Provisão Final	152.119	171.232

8. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (a)	22.446	-	22.446	20.741	-	20.741
Rendas da Centralização da Administração Financeira	18.697	-	18.697	16.810	-	16.810
Rendas Serviços Arrecadação de Convênios	76	-	76	79	-	79
Outras Rendas a Receber	3.673	-	3.673	3.852	-	3.852
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	2.894	2.894	-	3.242	3.242
PIS – Depósito Judicial	-	186	186	-	183	183
PIS Folha – Depósito Judicial	-	-	-	-	633	633

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
COFINS – Depósito Judicial	–	1.010	1.010	–	990	990
Interposição de Recursos Fiscais	–	398	398	–	630	630
Outros Depósitos em Garantia	–	1.300	1.300	–	806	806
Títulos e Créditos a Receber (c)	593	–	593	452	–	452
Total	23.039	2.894	25.933	21.193	3.242	24.435

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	1.734	–	1.734	1.734	–	1.734
CSLL não compensado no próprio exercício	267	–	267	267	–	267
IRRF sobre comissões – intermediação financeira – a compensar	1	–	1	–	–	–
Contribuição Social – antecipações – a compensar	182	–	182	–	–	–
IRPJ – antecipações – a compensar	379	–	379	–	–	–
ISS – imposto s/serviços – a compensar	31	–	31	30	–	30
IR retidos – a compensar	2	–	2	–	–	–
Valores a restituir – PERDCOMP	75	15	90	148	15	163
Total	2.671	15	2.686	2.179	15	2.194

10. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	947	-	947	64	-	64
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	682	-	682	666	-	666
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	243	-	243	42	-	42
Pagamentos a Ressarcir	2.903	-	2.903	2.358	-	2.358
Devedores Diversos – País	79	-	79	492	-	492
Ativos em Estoque	59	-	59	361	-	361
Ativos Não Financ Mantidos para Venda – Próprios	-	26	26	-	26	26
Ativos Não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	15.519	7.347	22.866	12.109	6.537	18.646
Veículos	1.254	10	1.264	582	10	592
Outros Imóveis	14.096	6.143	20.239	9.711	5.452	15.163
Outros Ativos Não Financeiros	169	1.194	1.363	1.816	1.075	2.891
(-) Prov. Desv Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próp. (b)	(980)	(1.677)	(2.657)	(1.142)	-	(1.142)
(-) Veículos	(19)	-	(19)	-	-	-
(-) Outros Imóveis	(961)	(1.480)	(2.441)	(927)	-	(927)
(-) Outros Ativos Não Financeiros	-	(197)	(197)	(215)	-	(215)
Despesas Antecipadas (c)	343	-	343	266	-	266
Contribuição Cooperativista	108	-	108	33	-	33
Prêmios de Seguro	7	-	7	48	-	48
Software	36	-	36	118	-	118
Propaganda e Publicidade	19	-	19	4	-	4
Processamento de Dados	-	-	-	16	-	16
Aluguéis	45	-	45	45	-	45
Outras Despesas Antecipadas	128	-	128	2	-	2
TOTAL	19.795	5.696	25.491	15.216	6.563	21.779

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		124	–	124	1.759	–	1.759
Instalações	4–25%	35.444	(18.668)	16.776	30.923	(15.308)	15.615
Mobiliários	10%	5.605	(2.163)	3.442	5.168	(1.857)	3.311
Máquinas	10%	226	(102)	124	191	(88)	103
Aparelhos de Refrigeração	10%	1.958	(791)	1.167	1.775	(671)	1.104
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	8.996	(5.614)	3.382	8.110	(4.788)	3.322
Alarme	10%	155	(86)	69	127	(72)	55
Cabines de Segurança	10%	522	(204)	318	489	(188)	301
Armas e Equipamentos	10%	1.008	(659)	349	946	(583)	363
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	321	(167)	154	290	(149)	141
Equipamentos de Comunicação	10%	117	(96)	21	114	(89)	25
Veículos	20%	669	(428)	241	798	(451)	347
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		55.145	(28.978)	26.167	50.690	(24.244)	26.446

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação no primeiro semestre de 2026 foi R\$ 3.557 mil (no mesmo período de 2025 foi R\$ 3.147 mil).

12. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo	Amortiz. Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortiz. Acumulada	Saldo Líquido
Software e Direito de Uso	10-20%	666	(580)	86	658	(550)	108
Direitos Relativos a Carteiras de Clientes	10-20%	170	(170)	-	170	(170)	-
Direitos De Exclusividade ou Preferência	10-20%	230	(230)	-	230	(230)	-
Total Intangível e Amortização Acumulada		1.066	(980)	86	1.058	(950)	108

A despesa com amortização no primeiro semestre de 2026 foi R\$ 29 mil (No mesmo período de 2025 – R\$ 28 mil).

13. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

13.1 Depósitos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado						
Depósitos à Vista (a)	497.928	-	497.928	503.416	-	503.416
Depósitos Sob Aviso (b)	64	-	64	76	-	76
Depósitos a Prazo (c)	2.270.418	11.347	2.281.765	2.017.086	10.716	2.027.802
Depósito de Poupança	29.558	-	29.558	30.459	-	30.459
Outros Depósitos	1.215	-	1.215	21.133	-	21.133
Total	2.799.183	11.347	2.810.530	2.572.170	10.716	2.582.886

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

13.2 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	35.068	1%	24.053	1%
10 Maiores Depositantes	207.642	7%	201.681	8%
50 Maiores Depositantes	617.125	22%	574.181	22%

13.3 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(5)	(5)
Despesas de Depósitos de Poupança	(1.100)	-
Despesas de Depósitos a Prazo	(145.663)	(112.159)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.093)	(4.310)
Despesas de Letras Financeiras	(6.279)	(1.951)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.021)	(1.683)
Total	(160.161)	(120.108)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

14.1 Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Crédito Imobiliário e Similares

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (a)	39.092	55.809	94.901	48.236	24.844	73.080
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – LF (b)	93.603	-	93.603	83.023	-	83.023

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total	132.695	55.809	188.504	131.259	24.844	156.103

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra Financeira – LF, é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo (Resolução CMN nº 5.007/2022).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.3 – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	11.200	68.358	79.558	4.783	45.144	49.927
Recursos da Central	1.322	1.610	2.932	–	3.088	3.088
Total	12.522	69.968	82.490	4.783	48.232	53.015

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Outros Passivos

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Sicoob Central ES – Rotativo	8.900	55.285	64.185	8.900	–	8.900

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total	8.900	55.285	64.185	8.900	-	8.900

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, estão registrados:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		
Operações de Crédito – IOF	1.438	530
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14	65
Recebimentos de Tributos Estaduais	38	-
Recebimentos de Tributos Municipais	1	-
Total	1.491	595

16.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	1.039	-	1.039
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Pagar	73	-	73	-	-	-
Contribuição Social Sobre Lucros a Pagar	43	-	43	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	216	-	216	262	-	262
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.103	-	1.103	1.358	-	1.358
IRRF sobre Aplicações Financeiras	685	-	685	1.583	-	1.583
ISSQN a Recolher	58	-	58	57	-	57
Total	2.178	-	2.178	4.299	-	4.299

16.4 Outras Obrigações

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	24.321	-	24.321	16.159	-	16.159
Provisão para Participações nos Lucros (I)	3.616	-	3.616	8.196	-	8.196
Juros Sobre o Capital Social a Pagar	12.506	-	12.506	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	4.291	-	4.291	4.055	-	4.055
Resultado de Atos com Associados (III)	3.908	-	3.908	3.908	-	3.908
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (IV)	2.739	-	2.739	3.849	-	3.849
Recursos em Trânsito de Terceiros	807	-	807	168	-	168
Credores Diversos – País (V)	20.088	-	20.088	5.982	-	5.982
Pagamentos a Processar	1.316	-	1.316	4.172	-	4.172
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	1.042	-	1.042	723	-	723
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	332	-	332	-	-	-
Cheques Depositados	728	-	728	276	-	276
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	16.208	-	16.208	45	-	45
Outros Credores Diversos – País	462	-	462	766	-	766
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.461	-	1.461	1.360	-	1.360
Total	49.416	-	49.416	27.518	-	27.518

- I. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$ 2.462 mil no exercício do primeiro semestre de 2026 (no mesmo período de 2025 a provisão foi de R\$2.546) a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- II. Refere-se ao valor da cota-capital a ser devolvido aos associados que formalizaram pedido de desligamento do quadro social da Cooperativa.

- III. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.
- IV. O saldo registrado sob a rubrica "Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros" corresponde a valores destinados ao pagamento de salários, vencimentos e obrigações correlatas, decorrentes de contratos firmados entre a Cooperativa e a instituição pagadora para intermediação da folha de pagamento.
- V. Os saldos em Credores Diversos – País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

17. Provisões

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	11.391	-	11.391	11.038	-	11.038
Provisão para Pagamento a Efetuar	9.129	-	9.129	7.123	-	7.123
Provisão para Contingências	-	3.193	3.193	-	3.282	3.282
Total	20.520	3.193	23.713	18.161	3.282	21.443

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito	4.149	-	4.149	3.607	-	3.607
Perdas Esperadas – Cheque Especial	709	-	709	794	-	794
Perdas Esperadas – Cheque Especial – PJ	2.837	-	2.837	2.022	-	2.022
Perdas Esperadas – Crédito Rotativo	603	-	603	791	-	791

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	-	-	-	2	-	2
Perdas Esperadas – Créditos a Liberar	-	-	-	2	-	2
Receitas a Apropriar – Garantias Financeiras Prestadas	86	-	86	213	-	213
Prêmios Recebidos – Garantias Financeiras Prestadas	86	-	86	213	-	213
Garantias Financeiras Prestadas	7.156	-	7.156	7.216	-	7.216
Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	7.156	-	7.156	7.216	-	7.216
Total	11.391	-	11.391	11.038	-	11.038

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 30 de junho de 2026, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

O total das garantias financeiras prestadas pela Cooperativa em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	302.979	282.565
Total	302.979	282.565

17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	4.456	-	4.456	3.198	-	3.198
Aluguéis	551	-	551	517	-	517
Custódia de Valores e Bens	38	-	38	53	-	53
Comunicações	3	-	3	41	-	41
Promoções e Relações Públicas	8	-	8	36	-	36

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Segurança e Vigilância	18	-	18	5	-	5
Manutenção e Conservação de Bens	6	-	6	6	-	6
Transporte	100	-	100	66	-	66
Seguro	25	-	25	5	-	5
Condomínio	3	-	3	3	-	3
Compensação	114	-	114	144	-	144
Seguro Prestamista	774	-	774	341	-	341
Provisão de Despesas com Cartões	1.625	-	1.625	1.403	-	1.403
Custos de Transações Interfinanceiras	157	-	157	191	-	191
Outras Despesas Administrativas	159	-	159	210	-	210
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta	84	-	84	247	-	247
Valores a Pagar – Domicílio Bancário Sipag	548	-	548	538	-	538
Encargo por Concessão De Garantia	460	-	460	119	-	119
Total	9.129	-	9.129	7.123	-	7.123

17.3 Provisão para Contingências

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	3.193	3.193	-	3.282	3.282
Total	-	3.193	3.193	-	3.282	3.282

a) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
PIS (I)	186	186	183	183
COFINS (I)	1.010	1.010	990	990
PIS Folha (II)	–	–	633	633
Trabalhistas	1.490	398	1.262	630
Contingências Cíveis	507	–	214	–
Outros Depósitos em Garantia	–	1.300	–	806
Total	3.193	2.894	3.282	3.242

I) PIS e COFINS – Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

II) PIS FOLHA – Quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

b) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	168	1.472	1.658	3.298
Constituição da Provisão	229	227	330	786
Reversão da Provisão	(183)	–	(726)	(909)
Atualização Durante o Exercício	–	107	–	107
Saldo em 2025	214	1.806	1.262	3.282
Saldo em 01 janeiro de 2026	214	1.806	1.262	3.282
Constituição da Provisão	345	18	1.340	1.703
Reversão da Provisão	(52)	(658)	(1.112)	(1.822)
Atualização Durante o Exercício	–	30	–	30
Saldo em 30 de junho de 2026	507	1.196	1.490	3.193

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIROCHAS, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 2.184 mil**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social	194.276	177.627
Associados	122.234	111.121

18.2 Reservas de Sobras

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Reserva (a)	150.448	150.695
Total Reservas de Sobras	150.448	150.695

(a) Fundo de Reserva: Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

18.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2026, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 19.156 mil.

18.4 Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Sobra Bruta	40.028	76.306
Juros ao Capital	(12.506)	(22.600)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	27.522	53.706
Reserva Legal – 55%	–	(29.538)
Fundo de Reserva Art. 26 § 1º Estatuto (a)	–	(4.706)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 7%	–	(3.759)
Utilização FATES (b)	–	2.627
Utilização FIS	–	1.000
Sobra à disposição da Assembleia Geral	27.522	19.330

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em

prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha “Destinações das Sobras do Período – Fundo de Reserva”.

(b) A reversão dos dispêndios de FATES ocorre apenas no encerramento anual. No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada após as destinações legais e estatutárias, aumentando as sobras à disposição da assembleia.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	30/06/2026			30/06/2025		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	387.141	378.409	8.732	331.545	323.276	8.269
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(302.280)	(288.058)	(14.222)	(259.121)	(247.918)	(11.203)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcionais a cada Ato	(56.909)	(55.623)	(1.286)	(57.015)	(55.595)	(1.420)
Resultado Operacional	27.952	34.728	(6.776)	15.409	19.763	(4.354)
Receita Não Operacional	185	-	185	78	-	78
Despesa Não Operacional	(615)	-	(615)	(340)	-	(340)
Resultado Não Operacional	(430)	-	(430)	(262)	-	(262)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	27.522	34.728	(7.206)	15.147	19.763	(4.616)
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	(7.206)	7.206	-	(4.616)	4.616
Resultado do Período	27.522	27.522	-	15.147	15.147	-

20. Provisão de Juros ao Capital

No primeiro semestre de 2026 a Cooperativa remunerou juros ao capital próprio no montante de R\$ 12.506, (em 30/03/2025 - R\$ 9.755 mil), remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

21. Receitas da Intermediação Financeira

21.1 Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	501	554
Rendas de Empréstimos	125.988	105.336
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.037	13.475
Rendas de Financiamentos	26.967	30.056
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Livres	1.225	1.508
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados à Vista	947	122
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	104	301
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	1.453	913
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	279	99
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	110	65
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	2.338	2.408
Créditos por Venda a Prazo de Ativos Não Financeiros	572	501
Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo	4.460	3.550
(-) Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(272)	(27)
Total	178.709	158.861

21.2 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no período findos em 30 de junho de 2026 e 2025, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.521	316
Total	2.521	316

22. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Em 30 de junho de 2026 e 2025, as Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Repasses Interfinanceiros		
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(2.309)	(1.766)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Sicoob Central ES	(143)	(72)
Total de Despesas de Repasses Interfinanceiros	(2.452)	(1.838)
Despesas de Empréstimos		
Despesas de Empréstimos – Banco Sicoob	(1.285)	-
Despesas de Empréstimos – Sicoob Central ES	(593)	(487)
Total de Despesas de Empréstimos	(1.878)	(487)
Total	(4.330)	(2.325)

23. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões e reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Os valores refletem as estimativas de perdas esperadas sobre as operações de crédito, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar, considerando as características e o risco de crédito das operações.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Operações de Crédito e Demais Operações com Características de Cons. de Crédito	(51.741)	(45.104)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	41.942	49.774
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	4.656	5.108
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	1.939	-
Provisões para Operações de Crédito	(80.508)	-87.978
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(17.291)	-12.008
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(2.479)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Garantias Financeiras Prestadas e Outros Compromissos	60	(689)
Provisões para Garantias Prestadas	(4.074)	(4.207)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	4.134	3.518
Total	(51.681)	(45.793)

24. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros e rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Cobrança	3.043	2.948
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	2.182	1.547
Rendas de Convênios	145	148
Rendas de Comissão de Outros Serviços	385	485
Rendas de Comissão Plano de Saúde	8	8
Rendas de Outros Serviços	1.100	818
Rendas de Comissão de Seguros	2.836	3.266
Rendas de Comissão de Previdência	36	26
Rendas com Outras Comissões Comerciais e Sobre Serviços	3.245	3.643
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	935	854
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	32	31
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	8.141	7.433
Receita de Tarifas – PN e MEI	2.162	2.037
Receita de Tarifas Bancárias – PJ	6.263	5.978
Total	30.513	29.222

25. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.655)	(2.158)
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(79)	(75)
Despesas de Pessoal – Benefícios (a)	(5.879)	(5.231)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(4.783)	(4.288)
Despesas de Pessoal – Proventos	(12.245)	(11.322)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(8)	(6)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(243)	(258)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Total	(24.892)	(23.338)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

26. Outros Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(544)	(565)
Despesas de Aluguéis	(3.471)	(2.928)
Despesas de Comunicações	(567)	(638)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.787)	(1.815)
Despesas de Material	(259)	(306)
Despesas de Processamento de Dados	(4.234)	(3.724)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.011)	(736)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(524)	(617)
Despesas de Publicações	(1)	(2)
Despesas de Seguros	(42)	(47)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.158)	(4.229)
Despesas de Serviços de Terceiros	(957)	(919)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.724)	(1.584)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.215)	(1.899)
Despesas de Transporte	(734)	(685)
Despesas de Viagem no País	(269)	(339)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(1)
Despesas de Amortização	(29)	(28)
Despesas de Depreciação	(3.557)	(3.147)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.672)	(2.605)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	-	(3.137)
Despesas de Rateio Administrativo Sicoob Central ES	(713)	(473)
Despesas com Ações Judiciais	(626)	(563)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(90)	(86)
Outras Despesas Indedutíveis	(26)	(35)
Despesas com Copa/Cozinha	(113)	(134)
Despesas com Lanches e Refeições	(185)	(205)
Despesas com Uniformes e Vestuários	(4)	(23)
Despesas de Contribuição a OCE	(59)	(29)
Outras Despesas Administrativas	(73)	(69)
Total	(29.644)	(31.568)

27. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributárias	(116)	(144)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(332)	(376)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	-	(109)
Total	(448)	(629)

28. Outras Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesa com Serviços Associados a Transações de Pagamento – Cartões	(10.564)	(8.079)
Despesas de Descontos Concedidos	(1.750)	(1.288)
Bonificação de Seguro Prestamista	(71)	(8)
Despesas com Tarifas de Recebimento de Convênio – INSS	(133)	(86)
Contribuição Fundo de Desenvolvimento Sicoob ES (a)	(3.264)	(8.227)
Contribuição Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(53)	(43)
Perdas – Transações de Adquirência	-	(85)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.098)	(2.317)
Despesas com Fraudes	(59)	(858)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Atualização – Honras – Fundos Garantidores	(118)	(86)
Outras Despesas Operacionais	(185)	(217)
Total	(18.295)	(21.294)

a) Este valor refere-se a contribuições do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFES.

29. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	5.375	3.800
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.103	726
Rendas de Garantias Prestadas	136	119
Aluguel de Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.028	658
Dividendos Recebidos do Banco Sicoob	1.492	1.838
Rendas de Repasses Delcredere	972	727
Rendas de Juros Cartão de Crédito	6.290	6.816
Rendas de Multas por Atraso – Cartão de Crédito	903	962
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	1	4
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	2	2
Atualização Selic – Recup. Créditos Trib. Rec.	139	49
Deduções e Abatimentos	1	-
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	3.182	4.669
Rendas de Aluguéis	12	-
Receitas Recursos Centralizados da Poupança	132	-
Total	20.768	20.370

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e Delcredere.

30. Despesas com Provisões

30.1 Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisão para Passivos Trabalhistas	(1.685)	(352)
Reversão de Provisão para Contingências	1.164	580

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Total	(521)	228

Conforme estabelecido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa reconhece no resultado as provisões relativas aos processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa dos valores envolvidos. O reconhecimento e a mensuração das provisões observam os princípios estabelecidos pelo CPC 25, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

31. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Lucro na Alienação de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	23	32
Desvalorização de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	28	6
Ganho de Capital	134	40
(-) Prejuízo na Alienação de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	(442)	(1)
(-) Desvalorização de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	(122)	(148)
(-) Perda de Capital	(51)	(191)
Total	(430)	(262)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 30/06/2026.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas		
Operação de crédito	21.420	13.835
PCLD – Provisão de crédito	141	76
Taxa média (a.m.)		
Direitos Creditórios Descontados	2,17%	-
Empréstimos	2,51%	2,49%
Financiamentos	0,72%	0,72%
Prazo médio (meses)		
Direitos Creditórios Descontados	3,29	-
Empréstimos	40,44	39,25
Financiamentos	51,15	51,15
Operações Passivas		
Depósitos	143.396	136.854
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	17.498	14.823
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)		
Aplicação Financeira – Pré Fixada	1,11%	1,11%
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	102,51%	102,25%
Taxa Média – LCA (a.m.)	1,11%	1,22%
Prazo Médio Depósitos (meses)		
Aplicação Financeira – Pré Fixada	12,20	12,20
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	139,13	142,27

Natureza da Operação	30/06/2026	31/12/2025
Prazo Médio – LCA (meses)	21,94	22,76
Garantias Prestadas	67.440	38.831
Capital social	14.346	13.850
Remuneração	(1.860)	(3.835)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.280)	(2.662)
Salários	(172)	(279)
Encargos sociais	(351)	(756)
Benefícios	(57)	(138)

33.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIROCHAS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIROCHAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas		
Centralização Financeira – Cooperativas	1.676.684	1.384.332
Outros Ativos Financeiros	18.697	16.810
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos)	46.569	43.387
Total de Operações Ativas	1.741.950	1.444.529
Operações Passivas		

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	2.932	3.088
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	64.185	8.900
Total de Operações Passivas	67.117	11.988
Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	100.523	63.768
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	3.182	4.669
Total de Receitas	103.705	68.437
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	(736)	(559)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	-	(3.137)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(3.264)	(8.227)
Total de Despesas	(4.000)	(11.923)

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Patrimônio de Referência	333.916	323.536
Margem de Compatibilização	97.045	114.541
Índice da Basileia	16,91%	18,57%
Margem de Imobilização	139.209	135.474

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição Previdência Privada	(121)	(121)
Total	(121)	(121)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmPad);
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas

operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Risco Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto nos Negócios (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente digital.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do CCS, estabelecendo a metodologia, as métricas e os procedimentos padronizados para todas as entidades do Sicoob.

De forma complementar, em alinhamento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, o gerenciamento do risco cibernético considera os instrumentos, processos e controles institucionais relacionados à segurança cibernética, conforme aplicável, incluindo a política de segurança cibernética, o plano de ação e de resposta a incidentes, os processos de prevenção, detecção, tratamento e resposta a incidentes, a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob e a preservação de sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.

Além disso, em atendimento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, são considerados procedimentos e controles voltados à prevenção, detecção, resposta e redução da vulnerabilidade a incidentes cibernéticos. Esses controles contemplam a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob, preservando sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, a prevenção e redução de impactos decorrentes de eventual interrupção dos serviços de tecnologia, o tratamento e a prevenção de incidentes de segurança cibernética, e diretrizes aplicáveis à contratação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade em segurança cibernética de todo o sistema Sicoob, permitindo a avaliação da eficácia dos controles e o direcionamento estratégico das ações de mitigação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá antecipar a execução.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

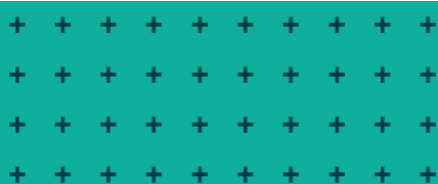
A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 20 de julho de 2026.

Eduardo Frohlich Ton
Diretor Executivo

Eberton Decothe Thompson
Diretor Operacional

Wanderson Vieira da Silveira Sossai
Contador CRC nº 016925/O-0-ES



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

